

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

186 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 20/11 a 24/11/2023

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	1
Futuro da UE e propostas de alteração aos Tratados	1
Médio Oriente: Israel e Gaza	2
Estado de direito em Espanha	3
Outros debates	4
2. PREPARAÇÃO DO CONSELHO EUROPEU DE DEZEMBRO - UCRÂNIA E HUNGRIA	4
3. COMISSÃO EUROPEIA - SEMESTRE EUROPEU	4
4. ALEMANHA - DECISÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL SOBRE ORÇAMENTO	5
5. COMISSÃO EUROPEIA	6
Monitorização das florestas	6
Revisão da ajuda da UE à Palestina	6
Cooperação Schengen	7
6. ELEIÇÕES NOS PAÍSES BAIXOS	7
7. INVESTIDURA DO GOVERNO EM ESPANHA	8
8. ELEIÇÕES EUROPEIAS 2024 - FUNDAÇÃO ROBERT SCHUMAN	8
9. CIMEIRA UE-CANADÁ	8
10. ASSUNTOS EUROPEUS - PARLAMENTO DINAMARQUÊS	8
11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
Conselho Agricultura e Pescas	9
Conselho Negócios Estrangeiros (Desenvolvimento)	9
Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto)	9
Reunião informal dos ministros responsáveis pela Igualdade	9
12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da União Europeia	10
Cooperação interparlamentar	10

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE¹

O Parlamento Europeu (PE) realizou esta semana a sua sessão plenária, em Estrasburgo. Uma síntese detalhada dos trabalhos, da autoria do *think-tank* do PE, está disponível [aqui](#). Destacamos os seguintes debates:

Futuro da UE e propostas de alteração aos Tratados

Temos dado nota, em sínteses anteriores (e.g. n.º [183](#)), das propostas do PE para a alteração dos Tratados da União Europeia, na sequência da Conferência sobre o Futuro da Europa e no contexto dos vários desafios e crises que a UE enfrenta atualmente.

Na sessão plenária do PE, foi aprovado um relatório e uma moção para revisão dos Tratados. O texto final está disponível [aqui](#) e destacamos as seguintes propostas (com base no comunicado de imprensa do PE) que constam do relatório:

- sistema mais bicameralista e com menos bloqueios no Conselho, através de mais decisões por [maioria qualificada](#) e do [processo legislativo ordinário](#);
- direito de iniciativa legislativa em toda a sua plenitude e um papel de colegislador do Parlamento para o [orçamento de longo prazo](#);
- revisão das regras relativas à composição da Comissão Europeia (reclassificada como «executivo europeu»), incluindo a eleição do Presidente (com a nomeação a ser feita pelo Parlamento e a aprovação pelo Conselho Europeu – uma inversão do processo atual) e limitando a 15 o número de comissários (rotativo entre os Estados-Membros), permitindo ao Presidente da Comissão escolher o seu Colégio com base em preferências políticas, tendo em conta o equilíbrio geográfico e demográfico, e um mecanismo de censura individual de comissários;
- maior transparência no Conselho através da publicação das posições dos Estados-Membros da UE sobre questões legislativas; e
- mais voz aos cidadãos através da obrigação de a UE criar mecanismos de participação adequados e de conferir aos partidos políticos europeus um papel mais importante.

Além disso, advoga-se a atribuição de mais poderes para a UE em questões ambientais, bem como competências partilhadas nos seguintes domínios atualmente da competência exclusiva dos países da UE: saúde pública (em particular, ameaças transfronteiriças e incluindo direitos da saúde sexual e reprodutiva), proteção civil, indústria e educação.

O relatório foi aprovado por 305 votos a favor, 276 votos contra e 29 abstenções, tendo sido elaborado por cinco correlatores (declarações [aqui](#)). A resolução que o acompanha foi aprovada por 291 votos a favor, 274 votos contra e 44 abstenções.

O **debate** que precedeu a votação teve lugar no dia 21, disponível [aqui](#), sendo que os cinco co-relatores (Verhofstadt (RE, BE), Simon (PPE, DE), Bischoff (S&D, DE), Freund (Verdes/ALE, DE), Scholz (CEUE/EVN, DE)) apresentaram o seu relatório e sublinharam a necessidade de alterar os Tratados para tornar a UE mais forte, para permitir que a UE enfrente os desafios atuais e futuros e para preparar a União para o alargamento. Foram salientadas, em particular, as alterações sobre a alteração das regras de votação no Conselho e a eliminação da unanimidade, a atribuição de mais poderes ao PE e a reforma do artigo 7º do TUE. O co-relator do PPE, Simon, insistiu que o relatório, mesmo que não seja perfeito, constitui uma base suficiente para iniciar o debate sobre a alteração do Tratado.

Pela Presidência do Conselho da UE, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Pascual Navarro Ríos, indicou que, após a transmissão ao Conselho das propostas do PE aprovadas pelo Plenário, o Conselho atuará em conformidade com as suas obrigações nos termos do artigo 48.º do TUE e a Presidência tenciona propor a adoção de uma decisão do Conselho para submeter as propostas do PE ao Conselho Europeu, no Conselho de

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

Assuntos Gerais de 12 de dezembro. Sublinhou que a decisão do Conselho de apresentar as propostas do PE ao Conselho Europeu tem carácter processual.

O Vice-Presidente da Comissão, Maroš Šefčovič, agradeceu às Presidências sueca e espanhola a organização de vários debates a nível do Conselho de Assuntos Gerais sobre as reformas necessárias para preparar a UE para o alargamento. Reiterou o apoio expresso pela Presidente da Comissão à alteração do Tratado "*se e quando necessário*", sublinhando ao mesmo tempo que a UE não pode esperar pela alteração do Tratado para avançar com o alargamento. A Presidente do Parlamento Europeu referiu que cabe, em primeiro lugar, ao Conselho e ao Conselho Europeu dar seguimento às propostas do PE e que a Comissão desempenhará o seu papel institucional de acordo com o artigo 48º do TUE.

Durante o **debate** que se seguiu, os Deputados dos grupos políticos dos co-relatores (PPE, S&D, RE, Verdes/ALE, CEUE/EVN) apoiaram, de um modo geral, o projeto de relatório, tendo, no entanto, sido expressas algumas opiniões divergentes/preocupações, nomeadamente no PPE. O ECR e a ID rejeitaram fortemente o projeto de relatório.

O debate foi dominado principalmente por discussões sobre a votação por unanimidade/votação por maioria qualificada no Conselho, em particular se essas regras de votação reforçam ou enfraquecem a UE e os seus Estados-Membros, especialmente em questões de PESC e tributação. Os opositores ao projeto de relatório sublinharam a necessidade de preservar a soberania nacional. O Parlamento Europeu, por seu lado, defende a necessidade de preparar a UE para o alargamento e de reforçar a sua capacidade de ação. Alguns deputados referiram também as prioridades dos seus grupos políticos e a forma como a reforma dos Tratados as poderia reforçar.

No que diz respeito aos próximos passos, o PE insta o Conselho a «*apresentar imediatamente e sem deliberação as propostas [...] ao Conselho Europeu*», pois é a este que cabe convocar uma [Convenção](#) – uma decisão por maioria simples.

O PE disponibilizou uma explicação detalhada sobre a [forma como os Tratados da UE são alterados](#), bem como uma síntese das principais propostas deste relatório agora aprovado ([aqui](#)), uma história dos Tratados europeus ([aqui](#)) e uma análise da anterior Convenção sobre o Futuro da Europa ([aqui](#)).

Médio Oriente: Israel e Gaza

Teve lugar um debate sobre a situação humanitária em Gaza, o conflito israelo-palestiniano e as perspetivas de paz e segurança no Médio Oriente (disponível [aqui](#)), que evidenciou a pluralidade de opiniões existentes entre os grupos políticos. O *Político* oferece uma perspetiva de enquadramento, [aqui](#).

Em nome do Conselho, o Alto Representante Josep Borrell Fontelles:

- Reiterou a sua opinião de que tanto Israel como os palestinianos têm direitos e obrigações, nomeadamente ao abrigo do direito humanitário;
- Evocou a posição comum do Conselho Europeu que defende as pausas e os corredores humanitários;
- Enumerou as condições (previamente anunciadas pelo Presidente da Comissão) para uma solução duradoura: Gaza não pode continuar sob o controlo do Hamas; não pode voltar a ser ocupada por Israel; não pode ser dividida; a Autoridade Palestiniana tem de regressar a Gaza; os Estados Árabes têm de se empenhar plenamente (e não apenas financiando a reconstrução) e a UE tem de ser parte ativa de uma solução.

Em nome da Comissão, o Comissário Janesz Lenarčič acrescentou que a UE quadruplicou o seu financiamento humanitário para os Territórios Palestinos Ocupados para mais de 100 milhões de euros.

Estado de direito em Espanha

A pedido do PPE (apoiado pelo ECR, ID e Renew), o PE realizou um debate sobre o Estado de direito em Espanha, para avaliar o acordo da coligação governamental e, em particular, a proposta de lei de amnistia e o chamado "[lawfare](#)" (utilização da justiça para fins políticos).

Em nome do Conselho, a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Globais de Espanha, Ángeles Moreno Bau recordou o empenhamento do Conselho em defender o Estado de direito, nomeadamente durante a Presidência espanhola, e insistiu também no compromisso do Governo espanhol no Estado de direito, nomeadamente na separação de poderes e na independência do poder judicial. Além disso, salientou que se trata de uma questão de dimensão nacional, tanto política como jurídica, e salientou a importância de os debates do PE serem inseridos no contexto adequado, recordando que não é costume discutir leis ainda não adotadas.

Em nome da Comissão, o Comissário Didier Reynders esclareceu que o relatório da Comissão de 2023 sobre o Estado de direito continha recomendações dirigidas a Espanha, nomeadamente sobre a urgência de renovar o Conselho da Magistratura e de resolver as incompatibilidades dos juízes. Além disso, apreciou a vontade de Espanha de aplicar as recomendações e enumerou os domínios em que a Comissão observou progressos, como a eficiência da justiça. Finalmente, evitou fazer quaisquer comentários concretos sobre a proposta de lei de amnistia e explicou que a Comissão analisaria o projeto de proposta, incluindo as alterações, de forma independente e objetiva, assim que se tornasse lei.

O **debate** que se seguiu, disponível [aqui](#), ficou marcado pelas várias intervenções de deputados espanhóis. Os grupos políticos fizeram referências cruzadas sobre uma "*abordagem seletiva e tendenciosa*" das questões relacionadas com o Estado de direito, tendo o PPE, o Renew, o ECR, o ID e a maioria dos deputados não-inscritos argumentado que Espanha estava a violar o Estado de direito devido a uma proposta de amnistia ilegal que permitia que os "terroristas" (Manfred Weber, PPE, DE) e "criminosos graves" (Balázs Hidvéghi, NI, HU) fiquem impunes, além de libertar os culpados de desvio de fundos e de corrupção (Adrián Vázquez Lázara, RE, ES). Outros deputados consideraram tratar-se de um "golpe de Estado", "roubando votos ao mentir aos eleitores sobre as intenções relativas à Amnistia" (Jorge Buxadé Villalba, ECR, ES; Hermann Tertsch, ECR, ES); Nicolas Bay, NI, FR), e de violação da separação de poderes se uma comissão parlamentar especial fosse autorizada a verificar as decisões judiciais (Weber; Dolors Montserrat, PPE, ES; Paulo Rangel, PPE, PT; Ilhan Kyuchyuk, RE, BG; Mazaly Aguilar, ECR, ES).

Os grupos S&D, Verdes/ALE e A Esquerda defenderam a decisão "legítima" do Governo espanhol de propor a lei da amnistia, apelando à hipocrisia do PPE (Iratxe García Pérez, S&D, ES; Jordi Solé, Verdes/ALE, ES), considerando que o respetivo historial está longe de ser irrepreensível (García Pérez), pois bloqueia as reformas necessárias em Espanha, nomeadamente a renovação do Conselho da Magistratura (Manu Pineda, A Esquerda, ES) e "destrói provas de corrupção, confraterniza com a extrema-direita e espia os cidadãos" (Solé). Além disso, criticaram o PPE por deturpar o conteúdo da proposta de lei que excluía expressamente a amnistia de atos considerados terroristas (García Pérez), notando que tinha sido um governo do PPE que tinha deixado os catalães organizarem uma votação sobre a sua independência seis anos antes (Solé). Finalmente, salientaram as justificações extraordinárias para esta proposta, nomeadamente: salvar a paz em Espanha através de uma reconciliação nacional, corrigindo os erros/acertos do passado (Solé; Eugenia Rodríguez Palop, A Esquerda, ES); Antoni Comín i Oliveres, NI, ES; René Repasi, S&D, DE; Javi López, S&D, ES; Juan Fernando López Aguilar, S&D, ES; Eero Heinäluoma, S&D, FI.

O debate ficou ainda marcado pela intervenção do líder do PPE, Manfred Weber, que se referiu aos governos do S&D em toda a Europa, descrevendo especificamente o governo português como "corrupto", o que motivou uma réplica do Deputado Pedro Marques (S&D), com uma intervenção do Deputado Paulo Rangel (PPE) neste contexto.

Outros debates

- [Orçamento da UE para 2024: investigação, juventude e desafios externos;](#)
- [This is Europe, com o Primeiro-Ministro da Bulgária](#)
- [Estatuto do artista: melhores condições de trabalho para artistas e trabalhadores da cultura](#)

2. PREPARAÇÃO DO CONSELHO EUROPEU DE DEZEMBRO - UCRÂNIA E HUNGRIA

Está previsto que o Conselho Europeu de 14 e 15 de dezembro possa discutir e chegar a decisões sobre alguns dossiês importantes relacionados com a Ucrânia, nomeadamente a possível abertura de negociações de adesão, no seguimento da recomendação da Comissão Europeia (cfr. Síntese n.º [184](#), ponto 2), e sobre a revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual 2021-27, no que diz respeito à criação de um Mecanismo para a Ucrânia destinado a cobrir as necessidades imediatas do país e a apoiar a sua recuperação e modernização, com uma capacidade total de 50 mil milhões de euros para o período 2024-2027.

Esta semana, surgiram relatos de que o Primeiro-Ministro húngaro, Viktor Orbán, dirigiu uma carta ao Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, em que afirma que nenhuma decisão sobre estas matérias pode ser tomada sem uma discussão estratégica prévia dos líderes sobre o posicionamento da UE relativamente à Ucrânia. O *Politico* disponibiliza uma análise detalhada do teor desta carta ([aqui](#)), citando que "O Conselho Europeu deve fazer um balanço da aplicação e da eficácia das nossas políticas atuais em relação à Ucrânia, incluindo os vários programas de assistência".

Recorde-se que, no âmbito do regulamento relativo à condicionalidade do Estado de direito, a Comissão Europeia ainda não autorizou o pagamento de cerca de 13 mil milhões de euros em fundos da UE para a Hungria.

O Presidente do Conselho Europeu fará uma visita a Budapeste no início da próxima semana, para conversas preparatórias do Conselho de 14 e 15 de dezembro.

3. COMISSÃO EUROPEIA - SEMESTRE EUROPEU

A Comissão lançou esta semana o ciclo de coordenação das políticas económicas do Semestre Europeu de 2024 (detalhe [aqui](#)), que se baseia nas Previsões Económicas do outono de 2023 (cfr. Síntese n.º [185](#)). Toda a documentação está disponível [aqui](#).

A **Análise Anual do Crescimento Sustentável** deste ano apresenta uma agenda ambiciosa para continuar a reforçar uma resposta política coordenada da UE, com o objetivo de aumentar a competitividade da UE através de uma transição ecológica e digital, assegurando simultaneamente a justiça social e a coesão territorial. As quatro prioridades do Semestre Europeu continuam a ser: promover a sustentabilidade ambiental, a produtividade, a equidade e a estabilidade macroeconómica, com vista a fomentar a sustentabilidade competitiva. Esta abordagem está em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que são parte integrante do Semestre Europeu.

A Comissão avaliou a **coerência dos projetos de planos orçamentais para 2024** com as recomendações do Conselho em matéria orçamental de julho de 2023. De um modo geral, a Comissão considera que os projetos de planos orçamentais de Chipre, da Estónia, da Grécia, de Espanha, da Irlanda, da Eslovénia e da Lituânia estão em conformidade com estas recomendações do Conselho. Os projetos de planos orçamentais da Áustria, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Letónia, Malta, Países Baixos, Portugal e Eslováquia não estão totalmente em conformidade com as recomendações do Conselho. Os projetos de planos orçamentais da Bélgica, Finlândia, França e Croácia correm o risco de não estar em conformidade com as recomendações do Conselho.

A Comissão convida o Eurogrupo e o Conselho a debaterem o pacote do outono de 2024 e a aprovarem as orientações propostas, esperando igualmente encetar um diálogo construtivo com o Parlamento Europeu

Note-se que a opinião da Comissão sobre o projeto de orçamento de Portugal para 2024 está disponível [aqui](#). Recorde-se que, no contexto das previsões económicas de outono da Comissão Europeia, os indicadores por país estão disponíveis [aqui](#), sendo que as projeções relativas a Portugal podem ser consultadas [aqui](#) e encontram-se sintetizadas no quadro infra:

Indicators	2023	2024	2025
GDP growth (% , yoy)	2,2	1,3	1,8
Inflation (% , yoy)	5,5	3,2	2,4
Unemployment (%)	6,5	6,5	6,4
General government balance (% of GDP)	0,8	0,1	0,0
Gross public debt (% of GDP)	103,4	100,3	97,2
Current account balance (% of GDP)	1,6	1,1	0,8

4. ALEMANHA - DECISÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL SOBRE ORÇAMENTO

No passado dia 15 de novembro, o Tribunal Constitucional alemão decidiu que a **iniciativa do Governo alemão de reafetar 60 mil milhões de euros de dívida não utilizada** do período de luta contra a pandemia de COVID-19 para o seu fundo para o clima e a transformação era **inconstitucional**.

Um sumário desta decisão está disponível [aqui](#) e, em síntese, importa destacar que os recorrentes (197 membros do grupo parlamentar CDU/CSU do *Bundestag*) contestavam uma Lei do Orçamento Suplementar de 2021, que alterou retroativamente a Lei do Orçamento e o orçamento federal de 2021. Aquela lei previa a transferência de uma autorização para contrair empréstimos no valor de 60 mil milhões de euros, concedida em resposta à pandemia de COVID-19 mas não necessária no exercício orçamental de 2021, para o Fundo para a Energia e o Clima (um fundo especial da Federação legalmente dependente), a utilizar nos exercícios orçamentais seguintes. A transferência foi efetuada retroativamente em fevereiro de 2022 para o exercício orçamental de 2021 então concluído. Desde então, o Fundo para a Energia e o Clima passou a designar-se Fundo para o Clima e a Transformação.

Segundo o acórdão do Tribunal, a referida Lei do Orçamento Suplementar de 2021 não satisfaz os requisitos constitucionais para a contração de empréstimos de emergência, com base em três razões:

- i) o legislador não conseguiu demonstrar suficientemente a ligação factual necessária entre a emergência e as medidas de gestão de crises tomadas em resposta;
- ii) a dissociação da declaração de emergência nos termos da Constituição da utilização efetiva das autorizações de empréstimo é incompatível com os princípios constitucionais da orçamentação anual e da anualidade. A utilização de facto ilimitada das autorizações de empréstimos de emergência em exercícios orçamentais subsequentes, sem as contabilizar para a regra do "travão da dívida" para esses anos e, em vez disso, contando-as como "dívida" para o exercício de 2021, é, por conseguinte, inadmissível.
- iii) a adoção da Lei do Orçamento Suplementar de 2021 após o final do exercício de 2021 viola o princípio constitucional segundo o qual o orçamento deve ser determinado antecipadamente.

A decisão do Tribunal significa que o volume do Fundo para o Clima e a Transformação é reduzido em 60 mil milhões de euros. Na medida em que o Estado assumiu obrigações que já não pode cumprir em resultado desta redução, o legislador deve compensar este facto através de outros meios.

Em consequência, o Ministério das Finanças alemão impôs o congelamento das despesas a todos os ministérios federais, sendo que a decisão do Tribunal poderá limitar a sua capacidade de reiterar verbas de uma série de fundos especiais que foram criados para contornar o travão da dívida do país, que restringe o défice federal a 0,35% do PIB, exceto em caso de emergência. Este travão da dívida foi introduzido pelo governo da então Chanceler Angela Merkel através de uma alteração constitucional na sequência da crise financeira mundial de 2008/09.

O Governo alemão está a ponderar as alternativas para superar o impacto desta decisão no orçamento, podendo implicar cortes em algumas áreas ou a suspensão da regra de travão da dívida, sendo expectável que tenha também impacto nas negociações em curso sobre a revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual da UE para 2021-27. O chanceler alemão Olaf Scholz disse que a sua coligação governamental vai tentar apresentar novos planos orçamentais "muito rapidamente" ao Parlamento.

A agência *Reuters* ([aqui](#)) e o *Politico* ([aqui](#) e [aqui](#)) apresentam análises sobre as consequências deste acórdão.

5. COMISSÃO EUROPEIA

Monitorização das florestas

A Comissão Europeia propôs esta semana um [regulamento para monitorização das florestas](#), procurando colmatar as lacunas existentes nas informações sobre as florestas europeias e criar uma base de conhecimentos abrangente sobre as mesmas, reforçando a sua resiliência. Esta proposta permitirá assim tomar medidas para tornar as florestas mais resistentes às ameaças transfronteiriças de pragas, secas e incêndios florestais, que são agravadas pelas alterações climáticas, possibilitará novos modelos de negócio, como a agricultura de carbono, e apoiará o cumprimento da legislação da UE acordada.

O [regulamento](#) propõe assim:

- melhores dados, maior resiliência e novas oportunidades económicas, permitindo o quadro de monitorização a recolha e partilha atempadas de dados florestais comparáveis para a tomada de decisões e a execução das políticas, contribuindo para criar uma governação florestal integrada. Será também importante para os gestores florestais comercializarem os seus serviços ecossistémicos, como as remoções de carbono, no âmbito do [quadro de certificação da UE relativo às remoções de carbono](#);
- gerir as pressões crescentes sobre as florestas, tendo a Comissão publicado um [relatório sobre os incêndios florestais na Europa, no Médio Oriente e no Norte de África relativo a 2022](#), que mostra que, em 2022, foram queimados cerca de 900 000 ha de terras na UE, o que corresponde aproximadamente à dimensão da Córsega, e que os incêndios florestais sem precedentes causaram grandes danos ambientais e económicos na UE e a perda trágica de vidas humanas.

A secção de [perguntas e respostas](#) complementa esta informação.

Revisão da ajuda da UE à Palestina

A Comissão publicou os [resultados da sua revisão acerca da assistência financeira em curso da UE a favor da Palestina](#), demonstrando que os controlos da Comissão e as salvaguardas em vigor — que sofreram um reforço significativo nos últimos anos — funcionam bem e que, até à data, não foram encontradas provas de que o dinheiro tenha sido desviado para outros fins. Foi assim realizada uma análise operacional para avaliar a viabilidade dos projetos à luz da nova situação no terreno, tendo sido identificada uma lista de projetos inviáveis num montante de 75,6 milhões de euros, que serão reprogramados a fim de apoiar os palestinianos em função das novas prioridades a identificar no terreno. Foi também feita uma avaliação dos riscos, tendo todos os parceiros de execução sido convidados a fornecer informações sobre os seus mecanismos de controlo.

Cooperação Schengen

A Comissão adotou uma [recomendação](#) que visa reforçar a cooperação entre os Estados-Membros no espaço Schengen, sendo esta acompanhada de um [relatório](#) sobre as consultas realizadas pelo coordenador Schengen com os Estados-Membros relacionadas com os controlos duradouros nas fronteiras internas.

Esta [recomendação](#) promove: uma cooperação estruturada a todos os níveis; o reforço da capacidade para adotar medidas conjuntas; a cooperação policial; o reforço das ações conjuntas para lutar contra a introdução clandestina de migrantes; utilização plena dos instrumentos existentes no domínio do regresso para combater os movimentos não autorizados; a luta contra os movimentos não autorizados; a intensificação das ações conjuntas de luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada transnacionais; e aplicação de medidas para atenuar a introdução de controlos nas fronteiras internas.

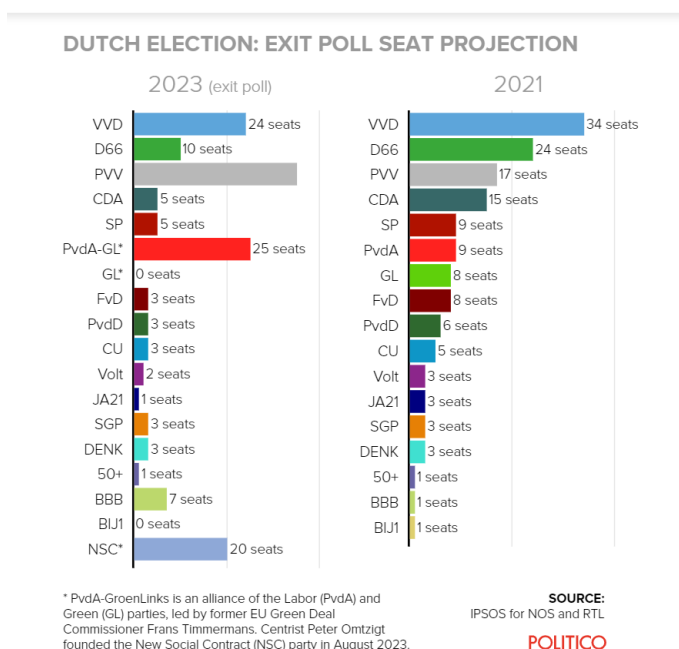
6. ELEIÇÕES NOS PAÍSES BAIXOS

No dia 22 de novembro, realizaram-se eleições legislativas para a Câmara dos Representantes dos Países Baixos, após a demissão do atual Primeiro-Ministro Mark Rutte em julho de 2023 (detalhe [aqui](#)).

A taxa de participação foi de 78,2% e, com quase todos os votos contados (resultados finais a 1 de dezembro), *Partido para a Liberdade* (PVV) de Geert Wilders foi o grande vencedor das eleições, conquistando 37 dos 150 lugares (pouco menos de 25% dos votos expressos), mais do dobro do número que garantiu nas eleições de 2021, de acordo com as sondagens à boca da urna. A coligação verde-trabalhista liderada por Frans Timmermans (*GroenLinks/PvdA, Verdes e S/D*), antigo comissário para o Pacto Ecológico, ficou em segundo lugar, com 25 lugares, seguida de perto pelo *Partido Popular para a Liberdade e a Democracia* (VVD, ALDE, 24 lugares) e pelo recém-criado *Novo Contrato Social* (NSC, PPE, 20 lugares).

São assim 15 os partidos com assento parlamentar na Câmara dos Representantes.

O *The Guardian* disponibiliza uma cobertura dos resultados e das reações dos diversos partidos em tempo real, disponível [aqui](#), sendo que se esperam dificuldades nas negociações para a formação de um governo de coligação. Abaixo, a projeção do *Politico*, em parceria com a IPSOS, também em atualização permanente [aqui](#).



7. INVESTIDURA DO GOVERNO EM ESPANHA

Em Espanha, o governo liderado por Pedro Sánchez foi investido na passada semana e a sua composição foi divulgada no dia 20 de novembro, podendo ser consultada [aqui](#).

8. ELEIÇÕES EUROPEIAS 2024 - FUNDAÇÃO ROBERT SCHUMAN

A Fundação Robert Schuman lançou esta semana um site dedicado ao acompanhamento das eleições europeias, disponível em <https://www.electionseuropeennes.eu/en/>

O site genérico de informação sobre as eleições também está disponível em <https://elections.europa.eu/en/>

9. CIMEIRA UE-CANADÁ

Teve lugar esta semana a 19.ª [cimeira UE-Canadá](#), em St John's, no Canadá. Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, e Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, representaram a UE. Além de salientarem os valores democráticos, o multilateralismo e a ordem internacional assente em regras como a pedra basilar das relações UE e Canadá, debateram a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, confirmando o seu compromisso com o apoio à Ucrânia, a situação no Médio Oriente e a promoção e cooperação em prol de economias abertas e resilientes, com destaque para os resultados positivos do CETA e a parceria estratégica no âmbito das matérias-primas críticas. Os [debates](#) incluíram ainda temas como o clima e ambiente e a promoção de uma economia mundial com emissões líquidas nulas até 2050, formas de reforçar a cooperação a médio e longo prazo em matéria de energia, sobretudo as cadeias de abastecimento de hidrogénio, questões digitais como a inteligência artificial, cibersegurança e infraestruturas internacionais de conectividade seguras e resilientes.

A declaração conjunta adotada no final da cimeira encontra-se disponível [aqui](#).

10. ASSUNTOS EUROPEUS - PARLAMENTO DINAMARQUÊS

Em 2020, o Parlamento dinamarquês (*Folketing*) lançou uma **revisão das regras e práticas relativas ao controlo parlamentar da política dinamarquesa da UE** e ao papel europeu do próprio Parlamento. Em 2021, um grupo de peritos ("*o Grupo de Reforma da UE*") concluiu num relatório que o Parlamento estava envolvido demasiado tarde e de forma insuficiente nos assuntos da UE e que as comissões setoriais deveriam ser envolvidas de forma mais sistemática a este respeito.

Em setembro de 2023, a Comissão de Assuntos Europeus chegou a acordo com o Governo sobre uma reforma dos procedimentos que implementou algumas das principais recomendações do comité de peritos.

A fim de colmatar estas lacunas, foram acordadas várias alterações para reforçar o papel do Parlamento. As principais medidas são as seguintes:

- Todos os anos, a Comissão dos Assuntos Europeus elaborará uma lista de, no máximo, 15 propostas da UE, com base no programa de trabalho da Comissão Europeia, que serão objeto de especial atenção no Parlamento. A lista é elaborada após consulta das comissões setoriais relevantes do Parlamento e do Governo;
- O Governo é obrigado a consultar a comissão setorial responsável, o mais tardar 8 semanas após a publicação de uma proposta prioritária, a fim de obter informações precoces sobre a sua posição negocial inicial;
- O Governo deve apresentar à Comissão de Assuntos Europeus, por escrito, a formulação da sua posição negocial prevista (de forma confidencial) pelo menos 8 dias antes de o Ministro apresentar oralmente a posição

negocial do Governo nessa Comissão. O objetivo desta medida é assegurar uma melhor coordenação prévia entre os grupos políticos e a preparação dos debates na Comissão dos Assuntos Europeus;

- O Governo será obrigado a envidar todos os esforços para garantir que o seu mandato de negociação seja apresentado pelo menos 8 semanas antes da aprovação da posição do Conselho. O objetivo desta medida é facilitar debates mais substanciais sobre o mandato de negociação num momento do processo de decisão da UE em que ainda é possível influenciar o compromisso final do Conselho.

Os novos procedimentos, que estão a ser aplicados este outono, serão avaliados o mais tardar no final do ano legislativo de 2025-2026.

11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho Agricultura e Pescas

Os ministros aprovaram conclusões sobre a visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, reconhecendo o seu papel chave no reforço da economia, transição ecológica e digital, ação climática e conservação da herança cultural das comunidades locais. No âmbito das pescas, foram trocados pontos de vista sobre as propostas da Comissão relativas às oportunidades de pesca no Atlântico e Mar do Norte e Mediterrâneo e Mar Negro. A presidência forneceu informações sobre os trabalhos em curso relativos à proposta sobre novas técnicas genómicas.

Conselho Negócios Estrangeiros (Desenvolvimento)

Foram prestadas informações sobre a situação na Ucrânia e o ponto de situação relativamente ao apoio da UE à sua reconstrução, com especial destaque para os aspetos de segurança e resiliência e para a matéria de segurança. Sobre a ajuda à Palestina, foram prestadas informações sobre a revisão da cooperação para o desenvolvimento em curso com o país, sendo necessário garantir ajuda humanitária à Faixa de Gaza. Foi debatida a execução do Plano de Ação em matéria de Igualdade de Género (GAP III) e o seguimento da Cimeira UE-CELAC, congratulando-se a assinatura do "EL PAcCTO", o Programa de Assistência contra o Crime Organizado Transnacional Europa-América Latina, que é a principal iniciativa emblemática de cooperação UE - América Latina no domínio da justiça e da segurança.

Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto)

No contexto da educação, foram aprovadas conclusões sobre os contributos para a educação e formação para reforço dos valores europeus comuns e a cidadania democrática, destacando o papel essencial da educação e formação na construção do futuro da Europa, bem como a necessidade de antecipar, adaptar e responder adequadamente aos novos desafios políticos, sociais, culturais e tecnológicos. Foram também adotadas duas recomendações sobre os principais factores que permitem uma educação e formação digitais bem sucedidas e sobre a melhoria da oferta de aptidões e competências digitais e discutidas formas de quebrar o estereótipo de género nas STEAM (*science, technology, engineering, arts and mathematics*). No âmbito da juventude, os ministros debateram uma União Europeia virada para o futuro e empenhada nos seus jovens cidadãos e salientaram a sua vontade de reforçar o papel dos jovens nos processos de tomada de decisão na UE e aprovaram conclusões sobre a saúde mental dos jovens. Nos debates sobre cultura e desporto, foram aprovadas conclusões sobre o setor dos videojogos e igualdade no desporto.

Reunião informal dos ministros responsáveis pela Igualdade

Durante esta reunião informal, e tendo presente a celebração do dia internacional para a eliminação da violência contra as mulheres, os ministros debateram a igualdade como peça central das políticas europeias, focando-se na

identificação, diagnóstico e resposta às formas emergentes de violência contra as mulheres, assim como na recolha de dados para a combater e apoio às vítimas.

12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, os trabalhos no Parlamento Europeu serão dedicados às [atividades das comissões parlamentares](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [29 de novembro](#), com destaque para o *pacote mobilidade de passageiros (espaço comum europeu de dados sobre a mobilidade, revisão do pacote de viagens, revisão dos direitos dos passageiros), pacote combate ao tráfico e plano de ação para facilitar a implantação das redes*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 27.11: [Conselho \(Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores\) sobre Emprego e Política Social; Conselho \(Negócios Estrangeiros\)](#)
- 30.11: [Conselho \(Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores\) sobre Saúde; Conselho dos Assuntos Gerais \(Coesão\)](#)

Cooperação interparlamentar

Na próxima semana terão lugar as seguintes conferências e reuniões interparlamentares:

- A LXX reunião plenária da COSAC (Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia), nos dias 26 e 28 de novembro em Madrid. O programa encontra-se disponível [aqui](#).
- A Comissão de Cultura e Educação (CULT) do Parlamento Europeu organizará uma reunião interparlamentar, nos dias 27 e 28 de novembro, subordinada ao tema «Educação para a Cidadania Europeia», cujo programa se encontra disponível [aqui](#).

Bruxelas | 24 de novembro de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).